

A ESCRAVIDÃO INDUSTRIAL NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Luiz Carlos Soares (ICHF/UFF)

Até recentemente, os historiadores não deram uma devida atenção ao emprego de trabalhadores escravos em atividades industriais nas diversas cidades brasileiras. Emília Viotti da Costa e Jacob Gorender, em trabalhos mais gerais sobre a escravidão, chamaram a atenção dos leitores para a importância que o emprego de cativos tinha para muitos ramos industriais, nos quais eles desenvolviam tarefas que exigiam certa especialização. Entretanto, o esforço destes historiadores não passou de algumas poucas informações baseadas em relatos de viajantes.¹

Um esforço maior, no estudo da escravidão industrial no Rio de Janeiro no século XIX, principalmente na sua primeira metade do século, foi realizado pela historiadora norte-americana Mary Karasch. Segundo esta historiadora, a escravidão industrial “era parte da vida dos cativos no Rio, embora ela nunca tenha alcançado a proporção do Sul dos Estados Unidos”. No Rio de Janeiro, não existiram grandes indústrias, empregando muitos escravos, tal como acontecia no “Sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil”, não passando as fábricas da cidade de pequenos estabelecimentos que empregavam em média 10 a 20 trabalhadores escravos. Além disso, acentua Karasch, o emprego de escravos na indústria existia “particularmente onde se exigia apenas trabalho não especializado”, havendo “depois de 1850 uma tendência (...) para substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre nas fábricas”.²

É bem provável que a escravidão industrial, e mais amplamente, o desenvolvimento das atividades industriais no Rio de Janeiro não tenham alcançado as dimensões da indústria no Sul dos Estados Unidos, mas nem sempre os estabelecimentos industriais da cidade se constituíram de pequenas “fábricas” que empregavam um reduzido número de escravos. Se bem que antes dos anos 1840, predominavam no panorama industrial do Rio de Janeiro as pequenas indústrias, ou mais precisamente as oficinas artesanais, algumas manufaturas de maior porte conseguiram se estabelecer, empregando algumas dezenas de trabalhadores livres e escravos, como era o caso da Fábrica de Pólvora da Lagoa, estabelecimento estatal que, já nos anos 1810, empregava por volta de 100 escravos (transferido em 1833 para o Município de Estrela), e de algumas manufaturas chapeleiras que empregavam, mais modestamente, entre 30 e 40 operários nos anos 1830.

¹ Cf. COSTA - *Da senzala à colônia*. *Op. cit.*, p. 216; e GORENDER - *O escravismo colonial*. *Op. cit.*, pp. 452-455.

² Cf. KARASCH - *Slave life ...*, *Op. cit.*, pp. 426-428.

Estabelecimentos maiores do que estes só surgiriam com o surto industrial de meados do século XIX.³

Já a idéia de que os escravos eram ocupados somente em tarefas não-especializadas acaba reproduzindo alguns dos estereótipos utilizados por aqueles que, dentro dos princípios liberais, defendiam a colonização e o emprego maciço do trabalho livre na indústria, considerado de melhor qualidade que o trabalho cativo. Enquanto o trabalho livre, desenvolvido de preferência por homens brancos, era sinônimo de “industriosidade”, o trabalho escravo era associado exclusivamente à utilização da força física. Um destes liberais, José Antônio do Valle Caldre e Fião, dizia que a escravidão em geral, e na indústria em particular, atrasava e podia mesmo aniquilar qualquer atividade, pois os escravos eram “sempre ignorantes”, trabalhavam “de má vontade”, eram “incapazes do progresso” e as “despesas que [faziam] quase [equivaliam], e mesmo algumas vezes [excediam], aos produtos que [davam]”. Não só a sua rentabilidade era baixa, como também, devido ao seu despreparo, eles só podiam ser empregados em tarefas que não requeriam o menor conhecimento dos ofícios mecânicos.⁴

Não foi bem isto que constatamos nas fontes consultadas. Muito pelo contrário, o emprego de escravos em oficinas artesanais e manufaturas pressupunha que eles tivessem que conhecer razoavelmente os segredos dos seus ofícios manuais, principalmente naquelas primeiras, pois no processo artesanal cada trabalhador era responsável pela realização de todas as etapas necessárias à confecção de um determinado produto. Já as manufaturas, pela sua maior dimensão, requeriam uma certa divisão do trabalho, o que implicava na existência de tarefas especializadas, que necessitavam de trabalhadores qualificados, havendo também a utilização de máquinas rudimentares em tarefas que exigiam uma grande massa de trabalho ou grande dispêndio de força física. Donde se conclui que, em quase todos os ramos da atividade industrial, os trabalhadores escravos desenvolviam as mesmas tarefas que os trabalhadores livres, demonstrando habilidade, perícia e destreza, qualidade estas indispensáveis ao processo manual de trabalho vigente nas oficinas artesanais e manufaturas. Como também existiam trabalhadores livres e escravos desenvolvendo tarefas onde despendiam somente sua força física e não necessitavam de nenhum aprendizado mais demorado.⁵

Nos anos 1840, iniciou-se um surto de crescimento industrial na cidade do Rio de Janeiro e em outras localidades do país. Na Corte, houve a proliferação das oficinas

³ Sobre as atividades industriais antes e depois dos anos 1840, ver respectivamente: Romulo Garcia de ANDRADE - *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX. A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro: 1808-1850*. Niterói, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFF, 1980; e SOARES - *A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. Niterói, Dissertação de Mestrado apresentado ao PPGH/UFF, 1980.

⁴ Cf. José Antônio do Valle Caldre e FIÃO - “A substituição dos braços escravos pelos braços livres”, em *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Nº. 7 - Dezembro de 1849, Coletânea 1849-1850, pp. 240-241.

⁵ Sobre a caracterização do artesanato, da manufatura e, também, da fábrica mecanizada como formas distintas de organização do trabalho industrial, ver Karl MARX - *El Capital*, Vol. I. México, Fondo de Cultura Económica, 1974, pp. 273-185 e 302-312; e “Formas que preceden a la producción capitalista”, em Karl MARX e Eric HOBBSBAWM - *Formaciones económicas precapitalistas*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, Nº. 20, -----, pp. 53-56 e 71-74.

artesanais e investimentos foram feitos na instalação de manufaturas de grande porte, por muitos negociantes que vislumbraram um clima mais favorável ao desenvolvimento das atividades industriais. Além da ampliação de mercados propiciada pelo *boom* cafeeiro e pelo súbito crescimento populacional de meados do século, algumas iniciativas estatais se constituíram em fatores de estímulo ao crescimento industrial, em particular das manufaturas. Entre estes fatores, encontramos: 1) a reformulação da política alfandegária realizada, em 1844, pelo Ministro da Fazenda, Manoel Alves Branco, que estipulou a cobrança de uma tarifa de 30 % *ad valorem* para a maioria dos produtos industriais importados ; 2) a extensão a todos os estabelecimentos de grande porte da isenção do pagamento de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas, medida também adotada por Alves Branco em 1847; 3) e a concessão pelo Estado Imperial de subvenções a alguns estabelecimentos de grande porte, dentre os quais o de Ponta da Areia, em Niterói, pertencente ao Barão de Mauá, que em 1848 já empregava mais de 400 operários.⁶

Alguns números indicam muito bem a dimensão do crescimento industrial de meados do século XIX. Em 1852, foram classificados como “fábricas”. pela Câmara Municipal da Corte, 419 estabelecimentos, enquanto que no ano de 1861 o *Almanak Laemmert* apresentava uma relação de 1.146 “fábricas” (ver Tabela I). Entre esses estabelecimentos, acreditamos que apenas um pequeno número poderia realmente ser considerado como tal, ou mais precisamente, como estabelecimentos manufatureiros de grande porte, constituindo-se a grande maioria em oficinas artesanais.

De acordo com o levantamento que realizamos na documentação da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e nos Relatórios dos Ministérios do Império e da Fazenda, nos final dos anos 1840, existiam 35 estabelecimentos que podiam ser considerados como manufaturas, enquanto que, no final dos anos 1850, o número das manufaturas já chegava a 89. Os ramos mais importantes eram os de chapéus, têxteis, sabão e velas, rapé, calçados e fundição e máquinas. (Ver Tabela II). Estes estabelecimentos apresentavam, obviamente, uma capacidade produtiva muito superior a das oficinas artesanais devido à adoção dos princípios da divisão do trabalho, ao emprego de maquinismo em determinadas tarefas secundárias e ao emprego de um maior número de operários.⁷

As reformas tarifárias de 1857 e 1860, instituindo a redução para 15 % *ad valorem* de tarifa cobrada sobre os produtos industriais estrangeiros e a tarifa de 5 % *ad valorem* para as matérias-primas importadas, trouxeram uma série de dificuldades para as manufaturas durante os anos 1860. Sem apoio estatal, foi difícil para estes estabelecimentos resistirem à concorrência dos produtos industriais estrangeiros, sobretudo os britânicos, que eram preferidos pelos consumidores locais devido a sua melhor qualidade e ao seu melhor preço. A situação desfavorável às manufaturas foi ainda agravada pela crise comercial e

⁶ Cf. Nícia Vilela LUZ - *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975, pp. 23-25 e 38-39; e SOARES - *Op. cit.*, pp. 124-129.

⁷ Maiores informações sobre a capacidade produtiva dos estabelecimentos manufatureiros da cidade do Rio de Janeiro e de todo o Império, nos anos 1850, podem ser obtidas nas *Propostas e relatórios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários d'Estado dos Negocios da Fazenda*, especialmente para os anos 1855, 1856 e 1857.

financeira de 1864, que determinou uma súbita redução do crédito fornecido pela rede bancária e a redução dos investimentos manufatureiros. Alguns estabelecimentos fecharam as suas portas, mas a grande maioria deles teve uma existência medíocre até os anos 1880, sem que se verificasse um crescimento de suas vendas e da sua capacidade produtiva.⁸

Os números de estabelecimentos industriais apresentados pelo *Almanak Laemmert* para os anos 1873 e 1881, se comparados com os números de 1852 e 1861, mostram claramente a estagnação do setor industrial do Rio de Janeiro entre os anos 1860 e início dos anos 1880. A relação de 1873, com 965 estabelecimentos, mostrava uma redução no número de estabelecimentos, em função das dificuldades urgidas depois de 1860, enquanto que a relação de 1881, com 1.242 estabelecimentos, já indicava uma certa recuperação para o setor industrial, recuperação esta que ainda não tinha sido suficiente para a alterar o quadro de estagnação reinante neste setor. (Ver Tabela I).

Apesar das dificuldades que os estabelecimentos industriais, em particular as manufaturas, experimentaram nos anos 1860 e 1870, não podemos dizer que este setor era tão insignificante no conjunto da economia do Rio de Janeiro, como insinuou Karasch. Se nas primeiras décadas do século passado poucos indivíduos ainda eram empregados nas atividades industriais, a situação tenderia a mudar a partir de 1840. Uma parcela importante da população da cidade começaria a ser recrutada como mão-de-obra industrial, em função do crescimento experimentado pelas oficinas e manufaturas.

Até o início dos anos 1840, os proprietários industriais recrutaram mão-de-obra predominantemente entre os trabalhadores escravos, como foi o caso de José Vieira Sarmiento, proprietário de uma pequena “fábrica” de pentes de tartaruga, que em 1829 empregava 11 cativos (4 oficiais e 7 aprendizes), 9 deles alugados a terceiros.⁹ Embora a maior parte da documentação deste período, relativa à indústria, não apresente informações sobre o número e a condição dos trabalhadores empregados, alguns viajantes deixaram relatos que evidenciam o emprego majoritário de cativos nos estabelecimentos industriais, principalmente nas oficinas artesanais. Debret não só relatou, como também reproduziu duas cenas que presenciou, onde os cativos eram vistos trabalhando numa oficina de sapateiro e numa serraria de madeira nos arredores da cidade.¹⁰

O próprio Estado “Joanino” não teve o menor embaraço quando recorreu ao emprego de escravos em suas tentativas industriais. A Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão do Catumbi foi administrada por um mestre (obviamente livre) e empregou 10 escravos no seu breve período de existência (1815-1818). A Real Escola de Fábricas de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas, que também teve uma vida curta (1819-1822), empregou 4 mestres, 2 feitores e 16 escravos, 12 dos quais trabalhavam diretamente com a fiação e tecelagem de algodão. Isso sem contar com

⁸ Cf. FERREIRA SOARES - *Esboços ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1865, pp. 51-55 e 70; e SOARES - *Op. cit.*, pp. 155-156.

⁹ Cf. ANRJ - *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Documentação relativa às fábricas: 1808-1850*. Caixa 427 - Pacote 1.

¹⁰ Cf. DEBRET - *Viagem pitoresca ...*, *Op. cit.*, Tomo I, pp. 171-173 e 206-207.

os mais de 100 cativos que, já nos anos 1810, eram empregados na Fábrica de Pólvora da Lagoa, transferida em 1833 para o vizinho Município de Estrela.¹¹

Nos maiores estabelecimentos industriais (as manufaturas), alguns proprietários, devido ao seu maior nível de capitalização, já tinham condições de contratar trabalhadores livres com uma certa especialização, que eram recrutados, em sua maior parte, entre as levas de imigrantes portugueses que aportavam no Rio de Janeiro. Este foi o caso da ferraria e serraria de João José Delduque, que em 1810 empregava 17 trabalhadores livres e 11 escravos, e da manufatura chapeleira de José Wamosy, que em 1835 empregava livres e escravos entre os seus 40 operários. Esta tendência à coexistência entre o trabalho livre e o escravo também se verificou em outras manufaturas chapeleiras: em 1839, o estabelecimento de José Praxedes Pereira Pacheco empregava 18 trabalhadores, entre livres e escravos, enquanto que, em 1840, o estabelecimento de Carlos Felipe empregava 36 operários, em sua maior parte escravos, e o de José Carvalho Pinto empregava 30 operários, entre livres e escravos.¹²

A predominância do trabalho escravo sobre o trabalho livre nas indústrias, até os anos 1840, pode ser explicada pela grande aversão que os diversos setores da população brasileira, até mesmo as camadas mais pobres, nutriam por qualquer forma de trabalho manual ou mecânico, aversão esta originada nos próprios condicionamentos ideológicos da secular sociedade escravista, que criaram a idéia do trabalho como “coisa de negro cativo”. Ewbank, nos anos 1840, percebeu claramente a “inevitável tendência da escravidão” a tornar por toda a parte “o trabalho uma atividade desonrosa”, e Luccock, nos anos 1810, já tinha notado um certo sentimento de “fidalguia” entre os mecânicos e mestres que se sentiam envergonhados de carregar “a menor coisa pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas de seu ofício”, recorrendo para isso ao aluguel de escravos de ganho.¹³

Por volta de 1817, Spix e Martius perceberam, inclusive, que grande parte dos artesãos existentes no Rio de Janeiro era de origem européia e, entre os brasileiros, eram os mulatos que manifestavam “maior capacidade e diligência para as artes mecânicas”. Estes viajantes ainda verificaram que os artesãos empregavam “os seus próprios escravos pretos, que sob a severa disciplina dos seus senhores [aprendiam], além da habilidade e aptidão no ofício, também a virtude da ordem civil”.¹⁴ Maria Graham, em 1822, também concordaria com a opinião de Spix e Martius, ao afirmar que os negros crioulos e os mulatos eram os “melhores artífices e artistas” e “muito superiores em indústria aos Portugueses e Brasileiros; que, por causas não difíceis de serem imaginadas, [eram] em sua maior parte indolentes e ignorantes”.¹⁵

A aversão por parte da população brasileira livre ao trabalho industrial era muito mais abrangente. Poucos foram os proprietários industriais de origem nacional, constituindo-se a maior parte deles de estrangeiros. Isto se dava porque a propriedade

¹¹ ANRJ - *Junta de Comércio ...*, *Op. cit.*, Caixa 424 - Pacote 2; e ANDRADE - *Op. cit.*, pp. 111-144.

¹² Cf. *Junta de Comércio ...*, *Op. cit.*, Caixas: 423 - Pacote 1; e 425 - Pacote 1.

¹³ Cf. LUCCOCK - *Notes on Rio de Janeiro ...*, *Op. cit.*, pp. -----.

¹⁴ Cf. SPIX e MARTIUS - *Viagem pelo Brasil ...*, *Op. cit.*, Tomo I, p. 65.

¹⁵ Cf. DUNDAS GRAHAM - *Journal of a voyage to Brazil*. *Op. cit.*, p. 197.

industrial não era considerada nobre e digna de *status* social e político, tal como a grande propriedade rural. Além disso, havia uma tendência entre os indivíduos oriundos das camadas médias, sem grandes posses, à busca de emprego no funcionalismo público, tão abundante no Rio de Janeiro por ser esta cidade a capital do Império. Ewbank assinalou que os “mestres mecânicos”, “com exceção de alguns poucos franceses e outros estrangeiros”, eram quase todos portugueses.¹⁶ Isto pode ser verificado na documentação relativa à indústria da Junta do Comércio e nos Relatórios dos Ministérios da Fazenda, do Império e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (este último criado em 1860), que muitas vezes indicavam a nacionalidade dos industriais. Era muito comum que industriais franceses, ingleses, alemães, etc., tivessem seus nomes traduzidos para a língua portuguesa.¹⁷

Por outro lado, a aversão reinante ao trabalho industrial e mecânico possibilitou, até a segunda metade do século XIX, que muitos senhores de escravos tirassem proveito desta situação. Luccock foi um dos primeiros a assinalar o surgimento de um grupo, que ele chamava de “nova classe social”, composto por “pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalho”.¹⁸ Esta prática, na realidade, existia desde os mais remotos tempos coloniais, mas foi a partir da revogação da proibição às indústrias, em 1808, que ela se disseminou pela cidade.¹⁹ Charles Ribeyrolles, no final dos anos 1850, destacou que muitos “sapateiros, alfaiates, funileiros, pedreiros, pequenos industriais e fabricantes”, que não podiam “adquirir o instrumento negro”, viam-se obrigados a alugá-lo de gananciosos senhores.²⁰ Existiam também aqueles senhores que, querendo melhor aproveitar seus escravos de grande capacidade produtiva, permitiam-lhes que trabalhassem por conta própria, exigindo-lhes uma soma diária ou semanal.²¹

Um exame nos inventários *post-mortem* nos dá uma boa dimensão da prática do ensino de ofícios aos cativos, tanto pelos senhores mais ricos como por aqueles mais pobres. Era muito comum, juntamente com escravos de serviços domésticos ou do ganho de rua, os senhores possuírem cativos com os mais diversos ofícios mecânicos, como nos mostram os inventários. Josefa Maria das Graças, falecida em 1816, entre os seus 15 escravos, possuía 6 empregados em fazer sabão e velas. Antônio de Souza Ferreira, falecido em 1824, possuía 5 escravos, dos quais 2 eram aprendizes de carpinteiro, 1 aprendiz de sapateiro e 1 oficial sapateiro. Antônio Mariano Gonçalves, falecido em 1836, possuía 7 escravos dos quais 2 eram oficiais carpinteiros, 1 costureira, 1 ferreiro e 1 oficial de pentes. Francisco Manoel Ferreira, falecido em 1838, era proprietário de 24 escravos, dos quais 5 operários que estavam “arrendados” (2 pedreiros, 2 carpinteiros e 1 calafate). Firmino Guedes Monteiro, falecido em 1843, possuía 9 escravos, entre os quais 7 charuteiros. Polidora Gonçalves, falecida em 1857, era proprietária de 13 escravos, entre os quais 7 funileiros. O Capitão Miguel Antônio Pestana, falecido em 1859, possuía 5

¹⁶ Cf. EWBANK - *Life in Brazil ...*, *Op. cit.*, p. 185.

¹⁷ Ver as listas com os nomes dos proprietários de estabelecimentos industriais em: ANDRADE - *Op. cit.*, pp. 149-154; e SOARES - *Op. cit.*, pp. 137-138, 238-245 e 266-267.

¹⁸ Cf. LUCCOCK - *Op. cit.*, p. ---.

¹⁹ A revogação do alvará de 1795, que proibia a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil, foi assinado pelo Príncipe Regente D. João em 1º de abril de 1808. Sobre isto, ver; ANDRADE - *Op. cit.*, p. 2.

²⁰ Cf. RIBEYROLLES - *Brasil pitoresco. Op. cit.*, Vol. I, p. 206.

²¹ Cf. COARACY - *Memórias ...*, *Op. cit.*, p. 464.

escravos, “todos com seguro”, entre os quais 1 oficial pedreiro, 1 oficial canteiro e 1 costureira. E, finalmente, o Major José Maria Jacinto Rebelo, falecido em 1871, que empregava 3 dos seus 4 escravos como operários (1 pedreiro, 1 carpinteiro e 1 em serviço de obra).²²

Os periódicos da cidade estavam repletos de anúncios de aluguel de escravos que desempenhavam os mais diversos ofícios (alfaiates, costureiras, sapateiros, carpinteiros, serradores, ferreiros, charuteiros, pintores, pedreiros, padeiros, calafates, cavouqueiros, etc.). Abaixo, estão reproduzidos anúncios do *Jornal do Commercio* publicados em 1830, 1850 e 1870, respectivamente:

“Se algum senhor fabricante de pão precisar de um mestre forneiro, preto, hábil, sem vícios, e o queira alugar, procure na padaria da rua do Ouvidor n. 72”.²³

“Aluga-se uma rapariga charuteira a alguma senhora que queira na rua das Violas n. 134”.²⁴

“Aluga-se um perfeito oficial de alfaiate, trata-se na rua das Violas n. 19”.²⁵

As oficinas e manufaturas, que já eram obrigadas a ensinar ofícios a seus escravos mais novos, constituíram-se na principal “escola” de ensino de ofícios a cativos pertencentes a outros senhores. Estes os entregavam aos proprietários dos estabelecimentos industriais que, durante o período de aprendizagem, também os empregavam em atividades que variavam de acordo com o grau de conhecimento adquirido. Esta era a forma mais comum dos industriais exigirem pagamento pelo ensino oferecido em seus estabelecimentos. Este método de aprendizagem de ofícios mecânicos também foi revelado por alguns anúncios do *Jornal do Commercio*. Em 1832, um “atelier” de costura procurava por “uma crioula de 12 a 13 anos, que [quisesse] aprender a coser, a bordar, e outras muitas coisas pertencentes à costura”. Em 1843, “uma senhora francesa” encarregava-se de “ensinar a cozer a uma preta” na Rua de Santo Antônio nº. 21. Em 1850, uma fábrica de charutos da Rua do Cemitério nº. 29, na Saúde, além de procurar por “oficiais de charuteiro tanto livres como escravos”, também recebia “moleques para ensinar”.²⁶

Em 1846, Ewbank ainda pode constatar a presença maciça de trabalhadores cativos numa série de estabelecimentos industriais. Na construção de um prédio no Largo do Machado, muitos escravos trabalhavam, ao lado de operários livres, como ajudantes de obra. No estabelecimento litográfico de Heaton & Rensburg, que era o maior do Brasil na época, todos os impressores eram escravos africanos. Numa oficina de artefatos de cobre, cujo proprietário era português, eram empregados 15 trabalhadores escravos, incluindo o feitor, enquanto numa outra do mesmo ramo, 20 escravos eram empregados, não se

²² Cf. ANRJ - *Inventários “post-mortem*. Nº. 8229-Caixa 5138; Nº. 2922-Caixa 1113; Nº. 3319-Caixa 6557; Nº. 1163-Caixa 4126; Nº. 66-Caixa 3609; Nº. 193-Caixa 2741; Nº. 126-Caixa 3617; e Nº. 1882-Caixa 4162.

²³ Cf. *JC*, 12/1/1830.

²⁴ Cf. *JC*, 15/3/1850.

²⁵ Cf. *JC*, 27/7/1870.

²⁶ Cf. *JC*, 27/6/1832, 6/7/1843 e 16/3/1850. Os anúncios de 1832 e 143 foram citados por RENAULT - *O Rio antigo nos anúncios de jornais (1808-1850)*. *Op. cit.*, pp. 179-180.

encontrando ali nenhuma pessoa branca a não ser a dos escriturários. Numa oficina dirigida por um frade capuchinho de “reputação duvidosa” entre os membros do clero, muitos trabalhadores escravos trabalhavam na feitura de ferraduras e sapatos, assim como de qualquer outra coisa de ferro ou couro. Segundo este viajante, os escravos também trabalhavam nas oficinas de carpintaria, joalheria, pintura de tabuletas e ornamentação, e nas “fábricas” de móveis, carruagens, ornamentos militares, lampiões e objetos de prata, sem contar que eram calceteiros, pedreiros e santeiros de primeira ordem, produzindo imagens de santos em pedra e madeira. Ewbank ainda mencionou uma pedreira de Botafogo, que empregava mais de 200 escravos, e a existência de cativos trabalhando nas caieiras espalhadas pelas ilhas da baía próximas da cidade, que produziam a cal de conchas coletadas no mar.²⁷

Para os anos 1840, já dispomos de um volume de informações um pouco maior sobre o emprego de mão-de-obra nos estabelecimentos manufatureiros e a condição dos seus operários, apresentados na Tabela III. Nesta, há uma relação de 19 manufaturas e em 4 delas (2 de papel, 1 de couros e 1 de chapéus), embora conhecendo-se o seu total de operários, não há a especificação do número de trabalhadores livres e escravos. As 2 manufaturas têxteis indicadas empregavam exclusivamente trabalhadores livres, enquanto as 2 de sabão e velas utilizavam majoritariamente trabalhadores escravos. Os cativos eram também majoritários num estabelecimento de tapetes e oleados e num outro de fabricação de asfalto. Em 6 manufaturas chapeleiras, o número de trabalhadores cativos era inferior ao de trabalhadores livres, enquanto que em uma delas era igual e em outra bem superior. Nesta última, pertencente a João Girard & Cia., eram empregados um total de 51 operários por volta de 1848, dos quais 17 livres e 34 escravos (25 do próprio estabelecimento e 9 alugados a terceiros). Situação interessante era a da “fábrica” de vidros São Roque, de propriedade de José Francisco Bernardes, que empregava somente trabalhadores livres em 1840, num total de 43, e em 1848 chegou a utilizar 20 cativos ao lado de 34 operários livres, não havendo informação se aqueles eram do próprio estabelecimento ou alugados. (Ver Tabela III).

Para os anos 1850, as informações sobre as manufaturas são bem mais satisfatórias, pois muitos estabelecimentos que gozavam da isenção de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas, incluindo alguns poucos de pequeno porte, declaravam o seu número total de operários, assim como a sua condição, aos funcionários alfandegários do Ministério da Fazenda. Em 1856, de 43 estabelecimentos que receberam tal privilégio, 39 forneceram informação sobre mão-de-obra, enquanto que em 1857, de 52 estabelecimentos isentos de direitos alfandegários, apenas 34 forneceram as mesmas informações. Estes dados foram reproduzidos nas Tabelas IV e V, que, embora com as lacunas assinaladas, fornecem-nos elementos para algumas importantes conclusões.

A primeira destas conclusões relaciona-se à enorme variação do número de operários de um ano para outro. Enquanto que nos 39 estabelecimentos de 1856 estavam empregados 1.039 operários, em 1857 o número de operários de 34 estabelecimentos somava 1.290. As variações em relação à condição da mão-de-obra também foram grandes. Os 39 estabelecimentos de 1856 empregavam 512 trabalhadores livres (49,28 %), 153

²⁷ Cf. EWBANK - *Op. cit.*, pp. 185-190 e 350-351.

brasileiros e 359 estrangeiros, e 527 trabalhadores cativos (50,72 %). No ano seguinte, a proporção do trabalho cativo nos 34 estabelecimentos industriais se reduziria, empregando estes 839 trabalhadores livres (65 %), 205 brasileiros e 634 estrangeiros, e 451 escravos (35 %). (Ver Tabelas IV e V). Isso pode indicar que um número significativo dos escravos empregados nestes estabelecimentos não pertencia aos industriais, mas sim a outros indivíduos que os alugavam para as manufaturas. Ou então, os industriais contratavam diretamente operários cativos cujos senhores permitiam que vivessem sob o regime de ganho, como era o caso do chapeleiro crioulo Izidoro Augusto de Sampaio, que tinha também autorização para viver fora do domicílio do seu senhor.²⁸

Cabe aqui um relato de acontecimentos posteriores na vida do chapeleiro Izidoro, que dão uma maior dimensão da vida cotidiana dos escravos operários que viviam sob o regime de ganho. Em 1867, o escravo chapeleiro, já com mais ou menos 40 anos, responderia a processo criminal por assassinar sua amante Maria Luíza do Nascimento, parda livre, com que conviveu por 3 anos, na casa que ele alugou na Rua do Hospício nº. 175. O escravo Izidoro gastou, com Maria Luíza, o pecúlio que conseguiu formar, “quatro contos de réis que tirou na Loteria e tudo quanto ganhava no seu ofício de chapeleiro”, mas sendo-lhe a amante “infidel”, e desesperado por perder o seu amor, assassinou-a a facadas no leito que compartilhavam.²⁹

Os escravos operários como o chapeleiro Izidoro, que trabalhavam sob o regime de ganho, talvez não fossem muitos, mas é importante frisar que eles mantinham com os proprietários industriais que os contratavam uma relação semelhante àquela mantida pelos trabalhadores livres. Ou seja, uma relação monetária de compra e venda da força de trabalho, na qual os patrões garantiam o direito ao uso da capacidade produtiva dos trabalhadores, apropriando-se dos frutos e do excedente de trabalho por eles produzidos. Na realidade, estes cativos eram *trabalhadores formalmente assalariados* nas suas relações com os proprietários industriais, recebendo um salário que, além de lhes garantir a sobrevivência, e algumas vezes a formação de um pecúlio, era destinado parcialmente aos seus senhores. Este era o “reverso da medalha”, pois como cativo, eles deviam entregar aos senhores uma renda diária ou semanal previamente fixada.³⁰

Entretanto, uma dúvida emerge. É realmente muito difícil avaliar qual teria sido o padrão que regulava a transação ao aluguel de escravos às oficinas e manufaturas ou a contratação direta de “cativos assalariados”. Pode-se supor que os fabricantes pagavam de aluguel aos senhores ou de salários aos escravos uma soma relativa ao grau de especialização do trabalhador empregado, assim como o pagamento de salários dos trabalhadores livres era regulado por um padrão relativo ao seu grau de especialização, “pelas suas aptidões especiais”, como diria mais tarde um “fabricante”.³¹

Um outro fato que chama a atenção dos estudiosos é o reduzido número de mulheres empregadas nas manufaturas nos anos 1850. Em 1856, dos 1.039 operários

²⁸ ANRJ - Apelação criminal, 1869, Nº. 4-Caixa 3696.

²⁹ Cf. *Ibidem*.

³⁰ Sobre a relação de assalariamento, ver: MARX - *El capital...*, *Op. cit.*, Vol. I, pp. 284-285 e 488-495.

³¹ Cf. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Nº. 12 - Dezembro de 1880, Coletânea 1880, p. 267.

empregados nas 39 manufaturas indicadas, as mulheres eram apenas 51 (4,90 %), enquanto os homens chegavam a 988 (95,10 %), não havendo indicações precisas sobre a nacionalidades ou condição destas mulheres, e também dos homens. Já para 1857, as informações são mais precisas. Dos 1.290 operários das 34 manufaturas indicadas, 49 eram mulheres (3,80 %) e 1.241 homens (96,20 %). Das 49 mulheres, 34 eram livres (32 brasileiras e 2 estrangeiras) e 15 escravas, enquanto que dos 1.241 homens, 173 eram brasileiros, 632 estrangeiros e 436 escravos. Percebe-se, com estes números que, em meados do século XIX, as profissões industriais eram quase que exclusivamente reservadas aos homens, fossem eles livres ou escravos, brasileiros ou estrangeiros. (Ver Tabelas IV e V).

Nas manufaturas chapeleiras, era grande a presença de escravos, mas os trabalhadores livres eram majoritários. De acordo com os dados da Tabela IV, para o ano de 1856, o número total de operários registrados em 15 estabelecimentos era de 482. Destes, 322 eram livres, o que correspondia a 66,80 %, sendo 111 brasileiros e 211 estrangeiros, e 160 eram escravos (33,20 %). Somente em 4 estabelecimentos, o número de escravos de cada um deles ultrapassava o de trabalhadores livres. A maior parte mulheres que trabalhavam nas manufaturas estava empregada no estabelecimentos chapeleiros, que concentravam 42 delas, entre livres e escravas. Os homens eram 440.

Nas manufaturas de rapé, a predominância do trabalhador escravo era incontestável. Em 6 estabelecimentos, conforme os dados da Tabela IV, para o ano de 1856, trabalhavam 122 operários homens: 15 eram livres (12,30 %) e 107 escravos (87,70 %). Dos trabalhadores livres, apenas 2 eram brasileiros, sendo os outros 13 estrangeiros.

No ramo de sabão e velas, encontramos também a predominância do trabalhador escravo sobre o livre. No ano de 1856, de acordo com os dados da Tabela IV, em 10 manufaturas de sabão e velas encontramos um total de 272 operários. Os trabalhadores livres eram em número de 104 (38,24 %), sendo 18 brasileiros e 86 estrangeiros. Os escravos, num total de 168, correspondiam a 61,76 %. Apenas 7 mulheres trabalhavam neste ramo.

Nos estabelecimentos de fundição e máquinas a predominância era do trabalhador livre. No ano de 1857, os dois estabelecimentos existentes neste ramo empregavam um total de 159 trabalhadores. Destes, 145 eram livres (91,19 %), 49 brasileiros e 96 estrangeiros. Os escravos eram apenas 14 (8,81 %). Não havia mulheres entre os operários deste ramo. (Ver Tabela V).

A coexistência do trabalho escravo com o trabalho livre também se dava, entre 1856 e 1857, em outros ramos industriais de menor importância. Em 2 cordoarias, existia a predominância dos trabalhadores escravos sobre os livres. Em 2 estabelecimentos de couros envernizados, tapetes e oleados, enquanto um deles empregava muito mais escravos do que livres, o empregava mais livre do que escravos. Num pequeno estabelecimento de metalurgia de ouro e prata, até aquele primeiro ano, todos os trabalhadores eram escravos, mas, no ano seguinte, a grande maioria era formada por trabalhadores livres. No único estabelecimento de galões e fitas, os trabalhadores cativos formavam a grande maioria, o

que também acontecia numa manufatura de vinagre, enquanto numa outra manufatura de vidros, o emprego de escravos era ligeiramente superior ao de livres. (Ver Tabelas IV e V).

Um ramo que empregava exclusivamente trabalhadores livres era o de cerveja. O estabelecimento de Henrique Leidem, em 1856, empregava 10 operários livres, 8 homens e 2 mulheres, enquanto o de Villas Boas & Cia., de maior porte, em 1857, empregava 18 operários nesta condição, sendo todos eles do sexo masculino. (Ver Tabelas IV e V).

Um outro ramo que empregava somente trabalhadores livres era o das manufaturas têxteis. Nos dois estabelecimentos existentes na cidade trabalhavam, por volta de 1850, 76 operários nesta condição. O estabelecimento do inglês Diogo Hartley, de maior capacidade produtiva, empregava 56 operários, enquanto o do alemão Frederico Guilherme empregava 20 operários, além de manter, com autorização governamental, 10 meninos livres e pobres sem remuneração salarial, sob a alegação de conceder-lhes “instrução elementar, religiosa e industrial”.³²

É interessante assinalar que o “filantropo alemão”, Frederico Guilherme, tinha sido sócio de um outro negociante, o francês Carlos Tanière, numa casa de consignação, compra e venda de “escravos ladinos”, na Rua do Ouvidor, durante os anos 1840, quando dedicou-se a um outro tipo de “filantropia”. Pode-se imaginar, a partir daí, que tipo de “instrução” Frederico Guilherme fornecia aos meninos pobres mantidos em sua manufatura ...³³

O estabelecimento de fundição, máquinas e construção naval de Ponta da Areia, pertencente ao Barão de Mauá, mesmo fora dos limites da Corte, merece uma consideração especial. A manufatura da cidade vizinha de Niterói era, sem dúvida nenhuma, a maior estabelecimento industrial de todo o Império, empregando 411 operários em 1855. Destes, 281 eram trabalhadores livres (68,37 %), 164 estrangeiros e 117 brasileiros. Entre os estrangeiros, encontravam-se operários provenientes de diversos países europeus, mas os portugueses formavam a grande maioria, chegando ao número de 119 operários. Os 130 trabalhadores escravos (31,63 %) , crioulos e africanos, desempenhavam diversas tarefas, entre as quais as mais especializadas, tais como maquinistas, moldadores, modeladores, caldeireiros, e carpinteiros. (Ver Tabela VI). Ao próprio estabelecimento pertenciam 85 escravos, enquanto que os outros 45 restantes eram alugados de diversos senhores.³⁴

Em 1856, Ponta da Areia reduziu para 350 o número de seus operários, mantendo 265 trabalhadores livres (75 brasileiros e 190 estrangeiros) e os seus 85 cativos, dispensando os alugados. Porém, em 1857, o número de trabalhadores do estabelecimento aumentou consideravelmente, atingindo o total de 667 operários . Os trabalhadores livres

³² Cf. Visconde de MONT'ALEGRE - *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, 1850, p. 33 e Mappa 16 (p. s/nº.).

³³ Ver a relação das casas de consignação, compra e venda de escravos do Rio de Janeiro no *Almanak Laemmert* para o ano de 1845.

³⁴ Cf. IHGB - *Descrição dos estabelecimentos existentes na Imperial Cidade de Nictheroy* (Manuscrito. Niterói, 1855), Lata 514-Documento 11.

somavam 507 (76,01 %), 207 brasileiros e 300 estrangeiros, enquanto os cativos eram 160 (23,99 %), 85 do estabelecimento e 75 alugados.³⁵

Um outro estabelecimento de fora da Corte que também merece uma consideração especial é a “Fábrica” Santo Aleixo, manufatura têxtil fundada em 1848, na vizinha cidade de Magé, por uma companhia de comerciantes norte-americanos, que tinha à frente Luiz Moran, como diretor, e Frederico Jones, como gerente. Em 1850, a Santo Aleixo empregava 116 operários livres, 100 estrangeiros e 16 brasileiros. Entre os estrangeiros, encontravam-se 84 colonos alemães recrutados na cidade serra de Petrópolis. Em 1855, a Santo Aleixo, em pleno funcionamento, chegou a empregar 150 trabalhadores livres.³⁶

Nos anos 1860, as informações sobre mão-de-obra nos estabelecimentos industriais do Rio de Janeiro já são mais escassas, mas, mesmo assim, pode-se constatar a presença de escravos entre os seus empregados, tal como nos revela um levantamento estatístico realizado em 1868 nos 32 estabelecimentos do 2º. Distrito da freguesia de Santa Rita. Neste levantamento, todos os estabelecimentos foram denominados indistintamente de “fábricas”, mas, com toda certeza, apenas os de fundição e máquinas, pelo número de operários empregados, podiam ser considerados como manufaturas de grande porte, não passando os outros estabelecimentos de oficinas artesanais. Encontramos a presença de escravos na quase totalidade dos estabelecimentos deste distrito, com exceção de um único ligado à produção de cerveja que empregava 9 trabalhadores livres. Em 5 estabelecimentos de fundição e máquinas, de características nitidamente manufatureiras, 608 trabalhadores eram empregados, 567 livres e 41 cativos. Em outros 5 estabelecimentos de construção naval, o número de empregados chegava a 90, 71 livres e 19 cativos. Em 2 estabelecimentos de refinação e destilação, o número de empregados era de 25, 24 livres e 1 escravo. Dos 37 trabalhadores empregados em 12 oficinas de charutos, 32 eram livres e 5 escravos. Em 4 oficinas de sabão e velas, dos 13 trabalhadores empregados, 12 eram livres e 1 escravo. Na única oficina de vinagre, dos 4 trabalhadores empregados, 3 eram cativos e 1 livre. E, finalmente, em 2 serrarias de madeira a vapor que empregavam 12 pessoas, 6 eram livres e as outras 6 cativas. No cômputo geral, dos 798 trabalhadores empregados nestes estabelecimentos industriais, 722 eram livres, 248 brasileiros e 474 estrangeiros, e 76 eram escravos, o que correspondia ao emprego de 90,48 % de trabalhadores livres e 9,52 % de cativos. (Ver Tabela VII).

Constatamos também a presença de escravos, durante os anos 1860, em outros dois estabelecimentos da cidade. O primeiro deles era o estabelecimento de galões e fitas de Frutuoso Luiz da Motta, que em 1862 empregava 18 trabalhadores, em sua maioria escravos, e em 1865, um pouco antes do seu fechamento, empregava ao todo 10 cativos.³⁷

³⁵ Cf. Marquês de PARANÁ - *Proposta e relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*, Tabella Nº. 63. Rio de Janeiro, 1856, p. s/nº.; e Luiz Pedreira do COUTO FERRAZ - *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, 1857, p. 117.

³⁶ Cf. MONT'ALEGRE - *Op. cit.*, p. 35; e Luiz Antônio BARBOZA - *Relatório apresentado ao Snr. Doutor José Ricardo de Sá Rego pelo Presidente e Conselheiro Luiz Antonio Barboza por ocasião de passar-lhe a administração da mesma provincia*. Niterói, 1855, p. 47.

³⁷ Cf. Manoel Felizardo de Souza e MELLO - *Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Asembléa Geral Legislaiva*, Anexo. Rio de Janeiro, 1862, p.

O outro era uma manufatura chapeleira de grande porte pertencente a Costa Braga & Cia., que em 1864 empregava 100 trabalhadores, sendo 90 livres (72 estrangeiros e 18 brasileiros) e 10 escravos.³⁸ Há também indícios de que a tipografia de J. Villeneuve & Cia., responsável pela publicação diária do *Jornal do Commercio*, ainda empregava um número razoável de escravos em tarefas importantes por volta de 1862. Estas suspeitas se baseiam nos autos de um processo criminal para apuração de um crime de morte cometido por um escravo, que assassinou a facadas um outro negro, num conflito entre capoeiras na Rua do Ouvidor, naquele mesmo ano. O escravo assassino era Theodoro Crioulo, de 18 anos de idade, de propriedade de J. Villeneuve & Cia., onde trabalhava como impressor.³⁹

A indústria de charutos, constituída em sua maior parte por pequenas oficinas, ainda empregava trabalhadores escravos nos anos 1860, mas o seu número já tinha sido consideravelmente reduzido. Segundo o estatístico Sebastião Ferreira Soares, as “fábricas” de charutos do Rio de Janeiro, que até os anos 1850, empregavam quase que exclusivamente cativos, passaram por uma grande “transmutação” e no início dos anos 1860 já empregavam majoritariamente trabalhadores livres. O próprio estatístico comentava:

“As diversas fábricas de charutos existentes nesta corte empregam para cima de 2.000 meninos e moços açorianos, e muito poucos escravos; pode-se dizer que esta indústria já não depende dos braços escravos, porque na sua quase totalidade é exercida por gente livre”.⁴⁰

Apesar de não termos obtido dados mais amplos sobre a mão-de-obra nas manufaturas e oficinas artes anais dos anos 1860, podemos afirmar que foi nesta década que se processou mais intensamente a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre nas tarefas que aquele primeiro desempenhava na indústria. Basta comparar os percentuais e cativos empregados nos estabelecimentos que obtiveram isenção de direitos alfandegários em 1856 e 1857 com o percentual dos cativos empregados nos estabelecimentos do 2º. distrito da freguesia de Santa Rita, para obtermos uma confirmação deste fato.

A redução do trabalho escravo nos estabelecimentos industriais também pode ser confirmada pelos dados fornecidos pelo recenseamento de 1872. Segundo estes dados, o número de operários de todo o Município Neutro chegava a 18.091. Destes, apenas 2.135 (11,80 %) eram cativos, enquanto que 15.956 (88,20 %) eram livres, podendo-se encontrar ainda alguns poucos escravos num ramo tradicionalmente manufatureiro como o de chapéus. A maior parte destes operários se concentrava nas freguesias urbanas e suburbanas, a cidade do Rio de Janeiro, chegando o seu número a 16.662. Os operários livres, num total de 14.800, formavam 88,82 % da mão-de-obra industrial da cidade,

14; e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá - *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa*, Anexo H. Rio de Janeiro, 1865, p. s/nº.

³⁸ Cf. *O Auxiliador da Industria Nacional*, Nº. 7-Julho de 1864, coletânea 1864, pp. 246-247.

³⁹ Cf. ANRJ - *Apelação criminal*, 1863, Nº. 1184-Caixa 160-Gal. C.

⁴⁰ Cf. FERREIRA SOARES - *Notas estatísticas ...*, *Op. cit.*, p.73.

enquanto os escravos, 1.862 indivíduos, formavam apenas 11,18 %. Entre os operários livres urbanos, os estrangeiros chegavam a 9.158, enquanto que os brasileiros eram 5.633. A presença de mulheres era bem reduzida e apenas 9, todas elas estrangeiras, foram registradas como operárias. Nas freguesias de fora da cidade, foram computados somente 1.429 operários, dos quais 1.156 eram livres (80,90 %) e 273 escravos (19,10 %). Apenas duas mulheres livres, uma brasileira e outra estrangeira, estavam entre os trabalhadores industriais destas freguesias. (Ver Tabelas VIII e IX).⁴¹

Entretanto, um maior número de mulheres foi registrado à parte no recenseamento de 1872: eram as costureiras. Segundo os dados deste censo, existiam 11.592 costureiras em todo o Município Neutro, das quais 10.208 eram livres (88,06 %) e 1.384 escravas (11,94 %). Nas freguesias da cidade. Vivia a maior parte das costureiras, ou seja, 9.863 mulheres. Destas, 8.646 eram livres (87,66 %), 6.285 brasileiras e 2.361 estrangeiras, e 1.217 eram cativas (12,34 %). Nas freguesias de fora da cidade, viviam apenas 1.729 costureiras, das quais 1562 eram livres (90,34 %), 1.500 brasileiras e 62 estrangeiras, e 167 eram cativas (9,66 %). (Ver Tabela X).

É provável que operários escravos, assim como um grande número de operários livres, que trabalhavam nas oficinas de marcenaria, ourivesaria, objetos de prata, relojoaria, tapeçaria, decorações, objetos ornamentais, alfaiataria, sapataria, fabricação de santos, etc., ainda fossem encontrados entre os indivíduos classificados pelo censo de 1872 como “artistas”, se bem que nesta classificação estavam incluídos os atores de teatro, cantores, músicos, bailarinos, artistas de circo. Escultores, pintores de quadros, etc. Tal classificação era possível porque, até o final do século passado, vigorou a concepção de que a “indústria”, sobretudo a “indústria artesanal” onde todo o processo de trabalho era manual, deveria ser considerada como uma “arte” que exigia perícia, destreza e habilidade daqueles que a exerciam, sendo bastante comum a utilização de termos tais como “artes industriais” ou “artistas industriais”, sem contar a própria sobrevivência dos termos “artesanato” e “artesão”.⁴²

De acordo com os números do censo, em 1872 existiam 9,428 “artistas” em todo o Município Neutro, dos quais apenas 497 eram cativos (5,27 %) e 8.931 livres (94,73 %). A grande maioria dos “artistas” se concentrava nas freguesias da cidade do Rio de Janeiro, chegando o seu número a 8.986. Os “artistas livres”, num total de 8.520, correspondiam a 94,81 % dos “artistas” da cidade, enquanto que os escravos, 466 indivíduos, constituíam apenas 5,19 %. Entre os livres, 4.612 eram brasileiros (4.492 homens e 120 mulheres) e 3.908 estrangeiros (3.824 homens e 84 mulheres). Entre os cativos, 460 eram homens e apenas 3 eram mulheres. Nas freguesias de fora da cidade, só foram encontrados 442 “artistas”, dos quais 411 eram livres (92,99 %) e 31 escravos (7,01 %). Entre os livres, 300 eram brasileiros (290 homens e 10 mulheres) e 111 estrangeiros (107 homens e 4 mulheres). Entre os 32 cativos, não existiam mulheres. (Ver Tabela XI).

⁴¹ Entre os brasileiros e estrangeiros registrados pelo recenseamento de 1872, que trabalhavam como operários, costureiras e “artistas”, estavam os libertos, crioulos e africanos, mas neste recenseamento não há nenhuma especificação sobre os ex-cativos que viviam no Rio de Janeiro, seu número e suas profissões.

⁴² Cf. FIÃO - *Op. cit.*, p. 246; e Manoel de Oliveira FAUSTO - “Indústria”, em *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Nº. 1-Julho de 1854, Coletânea 1854, pp. 12-13.

A abolição do tráfico africano e a forte demanda de braço escravo exercida pelas áreas cafeeiras sobre os cativos urbanos repercutiu fortemente sobre as manufaturas e oficinas artesanais, devido à elevação dos preços de escravos. Em primeiro lugar, com esta elevação de preços, a compra de cativos especializados, ao até mesmo para treinamento em ofícios industriais, tornou-se bastante onerosa para os proprietários de indústrias. Em segundo lugar, em face desta valorização, os alugueis de escravos realmente habilitados para a indústria aumentaram enormemente, impossibilitando aqueles industriais que não tinham condições de possuí-los de adquiri-los sob a forma de locação. Em terceiro lugar, para os industriais, tornou-se mais compensador até mesmo a venda de seus cativos para as áreas cafeeiras, pelo fato de poderem suprir as necessidades de mão-de-obra de seus estabelecimentos recrutando ou formando operários entre os milhares de imigrantes portugueses que chegavam à cidade ou os brasileiros pobres que se viam forçados a exercer profissões industriais.

O aumento da oferta de mão-de-obra livre para a indústria também se constituiu num fator de contenção dos salários nos limites impostos pelos fabricantes e, conseqüentemente, de redução dos custos de produção dos estabelecimentos, o que deve ter possibilitado a muitos deles enfrentarem a conjuntura de dificuldades dos anos 1860 e 1870, provocada pelo aumento da concorrência dos produtos importados e pela revogação da política estatal de amparo às manufaturas. Diante deste quadro de dificuldades, da elevação dos preços de compra e aluguel de escravos operários e do aumento da oferta da mão-de-obra livre, não restou outra alternativa aos industriais senão a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre em seus estabelecimentos.

No início dos anos 1880, pelo menos nos grandes estabelecimentos manufatureiros, o trabalho escravo já não era mais empregado. Talvez os cativos ainda fossem utilizados, em pequena proporção, nas oficinas artesanais, mas não conseguimos obter informações para comprovar esta especulação. Segundo o levantamento realizado em 1882 pela Comissão de Inquérito Industrial, nomeada pelo Ministério da Fazenda, apenas 92 estabelecimentos responderam aos questionários por ela formulados. Estes estabelecimentos só empregavam trabalhadores livres, num total de 4.432 operários, divididos da seguinte maneira: 1.567 empregados em 10 estabelecimentos têxteis, que já eram os mais importantes do Rio de Janeiro; 946 empregados em 31 estabelecimentos de metais; 825 empregados em 6 manufaturas de calçados; 510 em 9 manufaturas chapeleiras; 470 em 24 manufaturas de móveis; e 114 em 12 oficinas de selins, arreios e malas. (Ver Tabela XII).

A partir dos anos 1880, com a implantação da grande indústria fabril mecanizada no Rio de Janeiro, chegaria ao fim a estagnação que o setor industrial experimentou nas duas décadas anteriores. Inclusive, os 10 estabelecimentos têxteis citados pela Comissão de Inquérito Industrial já eram muito mais um prenúncio da nova era. Um maior mercado de trabalho se abriu na indústria para o exército de trabalhadores livres, que depois de 13 de maio de 1888 se veria reforçado com a inclusão dos ex-cativos beneficiados pela Lei Áurea.

A República não tardaria e a grande indústria fabril encontraria um ambiente mais favorável.⁴³

TABELA I
NÚMERO DE FÁBRICAS NO RIO DE JANEIRO,
POR RAMO INDUSTRIAL: 1852-1881

RAMOS INDUSTRIAIS	1852	1861	1873	1881
Alimentos e bebidas	109	251	253	290
Fumo	114	162	34	197
Couro	3	187	143	239
Metal	14	82	89	101
Papéis e papelões	5	-	-	-
Velas, sabão e graxa	29	33	28	6
Tecidos, roupas, armarinho e Chapéus	58	162	206	151
Meios de transporte	21	85	37	51
Materiais de construção	2	10	4	8
Vidros e louças	3	29	31	28
Madeira	19	19	10	23
Máquinas e instrumentos de trabalho	2	17	28	51
Imprensa (gráfica)	21	30	38	31
Produtos químicos e farmacêuticos	-	4	5	4
Tintas	-	-	10	8
Decorações	2	-	-	-
Objetos ornamentais	-	1	-	-
Diversos	17	74	49	54
TOTAIS	419	1.146	965	1.242

FONTES: Candido Borges MONTEIRO – *Relatorio apresentado á Ilma, Camara Municipal da Corte pelo presidente da mesma em 7 de janeiro de 1853*. Rio de Janeiro, Typographia do Correio Mercantil, 1855; e *Almanack Laemmert*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, para os anos 1861, 1873 e 1881; citados em Euláia Maria Lahmeyer LOBO – *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Volume I. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 279-280 e 300-307.

⁴³ Sobre a industrialização brasileira, em particular na República Velha, ver: STEIN - *The Brazilian cotton manufacture ...*, *Op. cit.*; Warren DEAN - *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1976; Sérgio SILVA - *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Alga-Omega, 1976; Wilson CANO - *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1977; e LOBO - *História do Rio de Janeiro ...*, *Op. cit.*, Vol. II.

TABELA II
NÚMERO DE MANUFATURAS NO RIO DE JANEIRO NOS
ANOS 1840 E 1850 (POR RAMO INDUSTRIAL)

RAMOS INDUSTRIAIS	1840-1849	1850-1859
Vidros	1	2
Galões e fitas	1	1
Papel	2	2
Sabão e velas	5	24
Couros, tapetes e oleados	2	2
Selins e arreios	1	3
Asfalto	1	1
Chapéus de sol	1	1
Cerveja	1	2
Produtos químicos	1	2
Óleos vegetais	1	1
Fundição e máquinas	5	9
Têxteis	2	2
Chapéus	11	21
Cordoaria	-	2
Vinagre	-	1
Calçados	-	2
Gás	-	1
Móveis	-	2
Metalurgia de ouro e prata	-	7
Rapé	-	7
TOTAIS	35	89

FONTES: ANRJ – *Junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação: documentação relativa às fábricas: 1840-1850*, Caixas 424 (Pacote 1), 425 (Pacote 1); 427 (Pacotes 1 e 2) e 428 (Pacote 2); *Relatórios da Repartição dos Negócios do Império apresentado á Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, para os anos de 1840 a 1850; e *Propostas e relatórios apresentados á Assembléa Geral Legislativa pelos Ministros e Secretarios d'Estados dos Negócios da Fazenda*. Rio de Janeiro, para os anos de 1850 a 1860.

TABELA III
MANUFATURAS DO RIO DE JANEIRO COM NÚMEROS DE OPERÁRIOS
EMPREGADOS CONHECIDOS: 1840-1850.

ESTABELECEMENTOS	RAMOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS			ANO
		LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	
José Francisco Bernardes ("Fábrica" São Roque)	Vidro	43	-	43	1840
José Francisco Bernardes	Vidro	34	20	54	1847
André Gaillard	Papel	10	1847
Zeferino Ferrez	Papel	80	1850
Manoel Machado Coelho	Sabão	5	40	45	1847
João Eduardo Lajoux	Sabão e Velas	6	21	27	1848
Jacques Gouffé	Tapetes e oleados	4	14	18	1849
Luiz João Beau	Couros	12	1849
Cia. Brasileira de Asfalto	Asfalto	2	30	32	1849
Joaquim Diogo Hartley	Têxtil	56	-	56	1850
Frederico Guilherme	Têxtil	20	-	20	1850
Carlos Felipe	Chapéus	18	10	28	1841
José Carvalho Pinto	Chapéus	30	1842
Calazans & Lemos	Chapéus	20	19	39	1845
Braga & Rocha	Chapéus	30	18	38	1848
José Antônio Guimarães de Lemos & Cia.	Chapéus	17	15	32	1847
Jean Girard & Cia.	Chapéus	17	34*	51	1848
Antônio José Bernardes	Chapéus	14	6	20	1848
Comminge & Araújo Motta	Chapéus	20	20	40	1848
André Maunier	Chapéus	20	20	40	1848

FONTES: ANRJ – *Junta do comércio ... documentação relativa às fábricas: 1840-1850*, *Op. cit.*, Caixas 424 (Pacote 1), 425 (Pacotes 1 e 2), 427 (Pacotes 1 e 2) e 428 (Pacote 2); e *Relatorios da Repartição dos Negocios do Imperio ...*, *Op. cit.*, 1840-1850.

* A este estabelecimento pertenciam 25 escravos, sendo 9 escravos alugados de particulares.

TABELA IV
MANUFATURAS DO RIO DE JANEIRO COM NÚMEROS DE OPERÁRIOS EMPREGADOS
CONHECIDOS: 1856.

ESTABELECI- MENTOS	RAMOS	TOTAL	BRASI- LEIROS	ESTRAN- GEIROS	ESCRA- VOS	HOMENS	MULHE- ES
João de Lemos Pinheiro	Chapéus	24	3	11	11	21	4
José de Carvalho Pinto & Cia.	Chapéus	42	32	10	-	42	-
José Joaquim da Cruz Secco	Chapéus	13	3	6	4	13	-
Bernardes & Raythe	Chapéus	62	8	48	6	57	5
Jean Girard & Cia.	Chapéus	41	2	6	33	39	2
José de Araújo Motta	Chapéus	26	15	11	-	23	3
Fortuné Segoud	Chapéus	42	3	13	26	34	8
André Maunier	Chapéus	13	1	12	-	6	7
Machado & Dias Abreu	Chapéus	29	6	8	15	29	-
Barcellos & Vianna	Chapéus	25	3	8	14	22	3
Braga & Rocha	Chapéus	90	-	66	24	90	-
Thiago Comminge	Chapéus	30	13	5	12	27	3
José de Calazans Outeiro	Chapéus	20	16	-	4	20	-
Pierre Desray	Chapéus	6	-	3	3	4	2
Roberto Augusto d'Almeida	Chapéus	18	6	4	8	13	5
Henrique Leidem	Cerveja	10	-	10	-	8	2
Alexandre Bristal	Cordia-ria	4	-	2	2	4	-
Luiz João Beau	Couros, tapetes e oleados	25	-	3	22	25	-
Roman Bret & Cia.	Couros de marro-quins	33	18	8	7	33	-
Pacova & Silva	Metarlu-gia de ouro e prata	5	-	-	5	5	-
Fructuoso Luiz da Motta	Galões e fitas	22	3	2	17	22	-
João Paulo Cordeiro	Rapé	56	1	4	51	56	-
Estevão Gassé	Rapé	17	-	1	16	17	-
Meuron & Cia.	Rapé						
Clara Francisca Bernardes	Rapé	11	-	1	10	11	-
João José da Rocha & Sobrinho	Rapé	10	1	1	8	10	-
Joaquim José Pereira Guimarães	Rapé	4	-	-	4	4	-
Lenoir & Paiva	Sabão	60	-	17	43	60	-
Luiz Francisco da Silva	Sabão	20	2	1	17	20	-
Antônio José Pereira de Carvalho	Sabão	17	2	2	13	17	-
José Pereira de Menezes	Sabão	10	-	3	7	10	-
Luís Manoel Bastos & Cia.	Sabão	20	-	7	13	20	-
Companhia Luz Stearica	Sabão e Velas	68	8	32	28	61	7
José Francisco Rodriguez da Silva	Sabão e Velas	16	2	2	12	16	-
Francisco Fernandes de Castro	Sabão e Velas	26	-	10	16	26	-
Manoel Machado Coelho	Sabão e Velas	18	1	2	15	18	-
José Jacinto de Lima	Sabão e Velas	21	3	10	8	21	-
João Henrique Habbert	Vinagre	8	1	-	7	8	-
Viúva Folco	Vidros	52	-	24	28	52	-
TOTAL		1.039	153	359	527	988	51

FONTE: Marquês de PARANÁ – *Proposta e relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, Tabella N.º. 62. Rio de Janeiro, 1856, p. s/n.º.*

TABELA V
MANUFATURAS DO RIO DE JANEIRO COM NÚMEROS DE OPERÁRIOS EMPREGADOS
CONHECIDOS: 1857.

ESTABELECIMENTOS	RAMOS	TOTAL	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		ESCRAVOS	
			Hom.	Mulher.	Hom.	Mulher.	Hom.	Mulher.
Villas Boas & Cia.	Cerveja	18	-	-	18	-	-	-
Alexandre Bristal	Cordoaria	8	-	-	4	-	4	-
Marco Antônio da Silva Roxo	Cordoaria	9	-	-	6	-	3	-
André Maunier	Chapéus	12	-	-	2	-	9	1
Bernardes & Raythe	Chapéus	58	1	-	45	-	12	-
Braga & Rocha	Chapéus	96	-	-	72	-	24	-
Francisco Antônio da Costa	Chapéus	49	5	9	31	-	4	-
José de Calazans Outeiro	Chapéus	30	8	5	3	-	14	-
José de Carvalho Pinto & Cia.	Chapéus	52	4	-	6	-	40	2
João de Lemos Pinheiro	Chapéus	31	6	5	7	-	12	1
Pierre Desray	Chapéus	9	1	-	2	2	4	-
Roberto Augusto d'Almeida	Chapéus	23	2	3	12	-	5	1
Adam Urbach	Fundição e máquinas	14	10	-	4	-	-	-
João Francisco Miers	Fundição e máquinas	145	39	-	92	-	14	-
Pacova & Silva	Metalurgia de ouro e prata	5	4	-	-	-	1	-
Companhia de Iluminação	Gás	376	73	-	233	-	70	-
Clara Francisca Bernardes	Rapé	11	-	-	1	-	10	-
Estevão Gassé	Rapé	17	-	-	1	-	16	-
João José da Rocha & Sobrinho	Rapé	7	-	-	1	-	6	-
Joaquim José Pereira Guimarães	Rapé	4	-	-	-	-	4	-
Napoleão Meuron & Cia.	Rapé	15	-	-	7	-	4	4
Frutuoso Luiz da Motta	Galões e fitas	17	3	-	-	-	14	-
João Henrique Habbert	Vinagre	10	2	-	-	-	8	-
Antônio José Pereira de Carvalho	Sabão velas	14	2	-	2	-	10	-
Antônio Pinto de Mesquita	Sabão velas	16	1	4	3	-	7	1
Companhia Luz Stearica	Sabão velas	32	1	-	10	-	21	-
José Jacinto de Lima	Sabão velas	21	3	-	10	-	8	-
Jerônimo Jacinto de Almeida & Cia.	Sabão velas	12	-	-	9	-	3	-
José Pereira de Menezes	Sabão velas	10	-	6	-	-	4	-
Lenoir & Filho	Sabão velas	92	1	-	13	-	73	5
Lopes & Lousada	Sabão velas	23	4	-	19	-	-	-
Luís Manoel Bastos & Cia.	Sabão velas	19	-	-	6	-	13	-
Silva & Ferreira	Sabão velas	18	-	-	11	-	7	-
Luiz Francisco da Silva	Sabão velas	17	3	-	2	-	12	-
TOTAL		1.290	173	32	632	2	436	15

FONTE: João Maurício WANDERLEY – Proposta e relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, Tabella N°. 68. Rio de Janeiro, 1857, p. s/n°.

TABELA VI
EMPREGADOS DO ESTABELECIMENTO DE PONTA DA AREIA: 1855

CATEGORIAS	CLASSES	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	ESCRAVOS	
				PRÓPRIOS	ALUGADOS
Engenheiros	-	-	1	-	-
Maquinistas	Mestre	-	1	-	-
	Operários	31	35	3	-
Modeladores	Mestre	-	1	-	-
	Operários	3	3	2	-
Moldadores	Mestre	-	1	-	-
	Operários	35	24	22	3
Caldeireiros	Mestre	-	1	-	-
	Operários	12	31	22	1
Carpinteiros	Mestre	-	1	-	-
	Operários	25	41	20	30
Calafates	Mestre	-	1	-	-
	Operários	5	4	-	-
Ferreiros	-	1	15	-	-
Feitores	-	-	2	-	-
Enfermeiros	-	-	1	-	-
Serventes	-	-	-	16	7
Escritório e Armazém	-	5	1	-	-
TOTAIS		117	164	85	45

FONTE: IHGB – *Descrição dos estabelecimentos fabris existentes na Imperial Cidade de Nictheroy*, Manuscrito. Niterói, 1855, Referência: Lata 514 – Documento 11.

TABELA VII
 EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DO 2º. DISTRITO
 DA FREGUESIA DE SANTA RITA, DO MUNICÍPIO NEUTRO: 1868
 (POR RAMO INDUSTRIAL).

Nº. DE ESTABELECIMENTOS	RAMOS	ADMINISTRAÇÃO		OPERÁRIOS LIVRES		OPERÁRIOS ESCRAVOS	TOTAL POR RAMOS
		BRAS.	ESTRANG.	BRAS.	ESTRANG.		
1	Cerveja	-	3	1	5	-	9
12	Charutos e cigarros	-	-	5	27	5	37
5	Construção naval	1	1	26	43	19	90
5	Fundição e máquinas	8	11	205	343	41	608
2	Refinação e destilação	-	4	-	20	1	25
4	Sabão e velas	-	4	-	8	1	13
2	Serrarias de madeira a vapor	-	4	2	-	6	12
1	Vinagre	-	-	-	1	3	4
32	TOTAIS	9	27	239	447	76	798

FONTE: Joaquim Antão Fernandes LEÃO – *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa*, Anexo E. Rio de Janeiro, 1869, p. s/nº.

TABELA VIII
OPERÁRIOS DO MUNICÍPIO NEUTRO E SEUS RAMOS DE TRABALHO: 1872

RAMOS INDUSTRIAIS	FREGUESIAS URBANAS		FREGUESIAS RURAIS		TOTAL
	LIVRES	ESCRAVOS	LIVRES	ESCRAVOS	
Madeira	4.751	595	479	95	5.920
Metais	2.256	253	155	23	2.987
Edificações	1.894	512	248	84	2.738
Vestuário	2.222	216	65	16	2.519
Calçados	1.691	153	121	35	2.000
Canteiros, calceteiros, cavouqueiros, etc.	818	54	45	11	928
Chapéus	457	32	7	2	498
Couros e peles	389	47	36	7	479
Tecidos	14	-	-	-	14
Tinturaria	8	-	-	-	8
TOTAL	14.800	1.862	1.156	273	18.091

FONTE: *Recenseamento da população do Município Neutro de 1872*. Rio de Janeiro, 1872, pp. 3-57.

TABELA IX
OPERÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DO RIO DE JANEIRO, POR
NACIONALIDADE E SEXO: 1872.

FREGUESIAS	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOM.	MULHER.	HOM.	MULHER.	HOM.	MULHER.	
URBANAS							
Santana	1.735	-	2.215	-	369	-	4.019
Santa Rita	978	-	2.012	-	309	-	3.269
Sacramento	1.004	-	1.907	-	325	-	3.236
São José	629	-	1.000	2	114	-	1.745
Espírito Santo	332	-	342	-	71	-	745
Santo Antônio	306	-	238	-	130	-	674
Candelária	95	-	281	-	129	-	505
Glória	435	-	679	7	182	-	1.303
São Cristóvão	217	-	213	-	50	-	480
Engenho Velho	153	-	153	-	92	-	398
Lagoa	79	-	118	-	91	-	288
TOTAL	5.633	-	9.158	9	1.862	-	16.662
RURAS							
Inhaúma	216	1	122	1	38	-	378
Irajá	215	-	34	-	36	-	285
Jacarepaguá	110	-	27	-	88	-	225
Campo Grande	76	-	23	-	36	-	135
Santa Cruz	86	-	1	-	4	-	91
Guaratiba	56	-	15	-	18	-	89
I. Governador	48	-	55	-	28	-	131
I. Paquetá	47	-	23	-	25	-	95
TOTAL	854	1	300	1	273	-	1.429
TOTAL GERAL	6.487	1	9.458	10	2.135	-	18.091

FONTE: *Recenseamento da população ... 1872, Op. cit., pp. 3-57.*

TABELA X
COSTUREIRAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR ESTADO CIVIL: 1872

FREGUESIAS	LIVRES		ESCRAVOS	TOTAL
	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS		
URBANAS				
Sacramento	1.613	734	452	2.799
Santana	1.126	350	261	1.737
São José	778	348	31	1.157
Santa Rita	599	249	39	887
Espírito Santo	402	150	30	582
Santo Antônio	198	26	100	324
Candelária	56	113	34	203
Glória	687	199	153	1.039
Engenho Velho	364	98	44	506
São Cristóvão	317	53	17	387
Lagoa	145	41	56	242
TOTAL	6.285	2.361	1.217	9.863
RURAIS				
Inhaúma	361	41	65	467
Guaratiba	442	1	20	463
Jacarepaguá	200	7	13	220
Campo Grande	102	1	35	138
Irajá	95	4	2	101
Santa Cruz	49	-	2	51
I. Paquetá	122	3	24	149
I. Governador	129	5	6	140
TOTAL	1.500	62	167	1.729
TOTAL GERAL	7.785	2.423	1.384	11.529

FONTE: *Recenseamento da população ... 1872, Op. cit., pp. 3-57.*

TABELA XI
 “ARTISTAS’ DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO,
 POR NACIONALIDADE E SEXO: 1872.

FREGUESIAS	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		ESCRAVOS		TOTAL
	HOM.	MULHER.	HOM.	MULHER.	HOM.	MULHER.	
URBANAS							
Santa Rita	1.501	11	825	5	133	-	2.475
Sacramento	519	12	735	28	90	-	1.384
Santana	764	1	526	1	39	-	1.331
São José	576	15	619	20	28	-	1.258
Santo Antônio	297	70	368	13	99	1	848
Espírito Santo	230	4	133	1	3	-	371
Candelária	58	2	177	11	26	-	274
Glória	258	1	240	1	10	2	512
São Cristóvão	130	1	109	2	1	-	243
Engenho Velho	94	3	56	-	92	-	153
Lagoa	65	-	36	2	34	-	137
TOTAL	4.492	120	3.824	84	463	3	8.986
RURAS							
Inhaúma	94	-	55	4	7	-	160
Jacarepaguá	53	1	11	-	8	-	73
Irajá	45	-	14	-	1	-	60
Santa Cruz	29	5	1	-	1	-	36
Guaratiba	30	-	3	-	-	-	33
Campo Grande	6	-	6	-	4	-	16
I. Paquetá	15	4	8	-	9	-	36
I. Governador	18	-	9	-	1	-	28
TOTAL	290	10	107	4	31	-	442
TOTAL GERAL	4.782	130	3.931	88	494	3	9.428

FONTE: *Recenseamento da população ... 1872, Op. cit., pp. 3-57.*

TABELA XII
 NÚMERO DE OPERÁRIOS LIVRES NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DO RIO DE JANEIRO QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INDUSTRIAL, NOMEADA PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA: 1882.

RAMOS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS
Têxteis	10	1.567
Chapéus	9	510
Móveis	24	470
Calçados	6	825
Selins, arreios e malas	12	114
Máquinas e metalurgia	31	946
TOTAIS	92	4.432

FONTE: Fabio A. Carvalho REIS, Alexandre A. R. SATAMINI e Honório A. Baptista FRANCO – *Relatorio apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda pela Commissão de Inquerito Industrial*, Volume I. Rio de Janeiro, typographia Nacional, 1882, pp. 19-30, 78-99 e 112-136.